

O Barão do Rio Branco e a ideia de nacionalismo no Brasil

O artigo discute o papel do Barão de Rio Branco no desenvolvimento e na consolidação do nacionalismo no Brasil. A análise está centrada em três características do nacionalismo brasileiro: seu caráter tardio, o território como mito de origem e a tentativa inicial de equacionar dinastia e nação.

Palavras-chave: Brasil, Nacionalismo, Estado, Política Externa, Rio Branco.



The Baron of Rio Branco and the ideia of nationalism in Brazil

The article discusses the role played by the Baron of Rio Branco in the development and consolidation of nationalism in Brazil. The analysis focuses in three characteristics of Brazilian nationalism: its late development, the use of the territory as a myth of origin, and the attempt made to equate dynasty and nation.

Keywords: Brazil, Nationalism, State, Foreign Policy, Rio Branco.

Luís Cláudio Villafane G. Santos: Historiador e diplomata. Ministro-Conselheiro da Missão do Brasil junto à CPLP. Pesquisador-associado ao Instituto Rio Branco.

1 INTRODUÇÃO

Entre 1949 e 1950, inaugurou-se na *Washington National Cathedral* um conjunto de vitrais para representar a harmonia da política externa estadunidense com seus principais aliados: a Inglaterra, o Canadá e a América Latina. O vitral dedicado à Inglaterra está dominado por uma representação de Cristo, de costas, com fieis reunindo-se em procissão e imagens de eventos da história do *English Prayer Book* (1549). O vitral dedicado ao Canadá traz São Lourenço ao centro, rodeado de figuras da história canadense. O terceiro vitral está oficialmente dedicado à América do Sul, mas se pode supor que, no contexto do espírito pan-americanista promovido pelos Estados Unidos, represente a América Latina.¹ Trata-se de um tríptico com, ao centro, uma imagem de Simón Bolívar, em trajes militares com a mão direita na espada ainda embainhada. Há referência ao encontro do Panamá, em 1826, como o Primeiro Congresso Pan-americano.² O vitral à esquerda traz a figura de San Martín, também em trajes militares, empunhando sua espada. À direita de Bolívar, encontramos uma representação pouco convencional de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, ainda moço, vestido com o fardão diplomático, segurando dois documentos, num dos quais se pode ler o lema adotado pelo Barão: “Ubique Patriæ Memor” (“Onde estiver, sempre pensando na pátria”).

A escolha dos três personagens para representar as nações sul-americanas e o próprio contexto da sacralização dessas figuras emblemáticas em vitrais de uma catedral estrangeira merece uma reflexão. Salta à vista, de início, o aparente artificialismo de reunir Bolívar e San Martín a Rio Branco. Dois militares e um diplomata, que não pertencem, inclusive, à mesma geração. O argentino José Francisco de San Martín nasceu em 1779 e morreu em 1850, mas esteve efetivamente afastado da política desde 1824, em exílio voluntário na Europa. Simón Bolívar nasceu em 1783 e morreu em 1830. Rio Branco, por sua vez, nasceu em 1845 e morreu em 1912, já bem avançado o século XX. Portanto, quando Rio Branco nasceu, San Martín e Bolívar já estavam afastados da política (Bolívar já morto) há, pelo menos, mais de uma década. Rio Branco, inclusive, só alcançou alguma notoriedade muito depois – aos cinquenta anos, em 1895, quando se divulgou o laudo do Presidente Glover Cleveland, favorável ao Brasil na disputa, com a Argentina, sobre o território de Palmas. A partir daí, Rio Branco experi-

mentou uma intensa atividade política, até sua morte, em 1912. Bolívar e San Martín, por sua vez, viveram seu auge na década de 1820. Ou seja, quase um século separa Rio Branco de seus vizinhos do vitral.

Chama a atenção, também, o próprio fato dessas personagens históricas estarem, de certa forma, sacralizadas nos vitrais de uma catedral. Essa confusão entre história e religião está ausente no vitral dedicado à Inglaterra, protagonizado pela figura de Cristo, e apenas insinuada na representação em homenagem ao Canadá, em que São Lourenço se destaca frente às personalidades históricas. No vitral sobre a América do Sul, história e culto parecem confundir-se. Mais precisamente, a metáfora do nacionalismo como religião não poderia estar melhor retratada do que neste caso.

De fato, Bolívar e San Martín ocupam, curiosamente em vários países,³ um justo e indiscutível lugar no panteão dos pais da pátria. A posição de Rio Branco é, sem dúvida, menos clara e, justamente, essa ambiguidade nos traz pistas importantes para compreender o caráter peculiar do desenvolvimento do nacionalismo no Brasil.

A defasagem no tempo entre os *padres de la patria* hispano-americanos (e os *founding fathers* estadunidenses) e Rio Branco dá uma noção do quanto o nacionalismo brasileiro foi tardio em relação a seus similares americanos. Os próceres das nações hispano-americanas – Bolívar, San Martín, O’Higgins, Sucre, Santander, entre outros – estão situados no início do século XIX e são antecidos em cerca de meio século por suas contrapartes estadunidenses – Washington, Adams, Jefferson, Franklin, etc. No Brasil, a definição dos “fundadores” da nação é muito mais ambígua e se estende, de modo impreciso, de Tiradentes a Rio Branco (talvez, até mesmo, a Getúlio Vargas), passando pelos dois imperadores e por José Bonifácio. Ou seja: do século XVIII ao XX.

A importância de Rio Branco, um diplomata, responsável pela definição das fronteiras do País, no rol dos santos da nacionalidade brasileira, tão bem retratada no vitral da *Washington National Cathedral*, fornece uma outra pista para outra característica marcante do nacionalismo brasileiro: a importância do território, sua grandeza e integridade, como mito primordial na construção intelectual da identidade nacional. As bases que a inexistência de um núcleo étnico comum e de uma história compartilhada negavam para uma “brasilidade” que estava sendo inventada acabaram

sendo supridas pela atribuição da identidade à natureza e ao território. Nesse contexto, Rio Branco, o *Deus Terminus* das fronteiras, cai na medida para o papel de pai da pátria.

A ambiguidade do Barão em relação à República serve também de retrato para a longa gestação dinástica do nacionalismo brasileiro, um caso único no continente americano. Paranhos seguiu sendo um monarquista convicto, mesmo que só tenha alcançado o auge de seu sucesso já no regime republicano. Ainda assim, ele manteve sua identidade aristocrática, inclusive com o uso ostensivo do título nobiliárquico, abolido pela República. Como em muitos casos na Europa, no Brasil houve uma tentativa de aproximar a dinastia à nação. Se no Velho Continente ocorreram sucessos e fracassos, no Brasil, o insucesso dessa iniciativa acabou patente.

Outras dimensões poderiam ser exploradas para discutir o papel de Rio Branco, e da política externa,⁴ na definição do nacionalismo brasileiro. Mas, por razões de espaço, este artigo se restringirá a uma discussão preliminar das três características acima esboçadas sobre o nacionalismo brasileiro: seu caráter tardio, o território como mito de origem e a tentativa inicial de equacionar dinastia e nação.

2 O PRINCÍPIO DINÁSTICO E A NAÇÃO

Ao contrário dos vizinhos hispano-americanos e dos Estados Unidos, o Brasil deixou de ser colônia sem romper de modo abrupto com o imaginário do Antigo Regime e acabou por constituir-se na única monarquia americana,⁵ um país que manteve por mais de seis décadas os princípios dinásticos como base para a legitimação do novo Estado. Uma monarquia em uma América republicana, que se distanciava ideologicamente da Europa em que se buscava uma restauração (que se revelou efêmera) do Antigo Regime. A transcendência e as repercussões dessa circunstância no desenvolvimento do sentimento nacional no Brasil são hoje obscurecidas pelo sucesso do nacionalismo como princípio político, que acabou por atenuar as diferenças entre monarquias e repúblicas. A ubiquidade atual do nacionalismo fez com que as Casas Reinantes contemporâneas se tenham reinventado como símbolos da nação e que seus súditos se transformassem em cidadãos. Essa ideia de “monarquias nacionais”, com a fusão das noções antes antitéticas de “súdito” e “cidadão”, seria uma

contradição talvez incompreensível para um observador dos séculos XVII ou XVIII, quando a legitimidade do poder, e dos Estados que cada vez mais encarnavam o poder político, dava-se ainda em bases dinástico-religiosas e nas hierarquias, consideradas naturais, do imaginário do Antigo Regime. Essa mudança fundamental na fonte de legitimidade do poder político e do Estado é, aliás, o ponto de partida da seminal análise de Anderson (1989, p. 20, grifo do autor) sobre o nacionalismo:

O que proponho é que o nacionalismo deve ser compreendido pondo-o lado a lado, não com ideologias abraçadas conscientemente, mas com os sistemas culturais amplos que o precederam, a partir dos quais – bem contra os quais – passaram a existir. Para nossos objetivos, os dois sistemas culturais relevantes são a *comunidade religiosa* e o *reino dinástico*. Ambos, em seu apogeu, eram aceitos como verdadeiros quadros de referência, tanto quanto é, hoje em dia, a nacionalidade.

O caráter “nacional” que se vão atribuir algumas Casa Reinantes é uma construção posterior pois “a legitimidade fundamental da maioria dessas dinastias nada tinha a ver com a condição nacional” (ANDERSON, 1989, p. 94).⁶ Com a disseminação da ideia de nação como núcleo da legitimidade dos Estados, nos séculos XIX e XX, as dinastias que sobreviveram à afirmação dos nacionalismos acabaram por incorporar essa noção e transformaram-se em símbolos da suposta antiguidade e continuidade de nações que, na maior parte dos casos, estavam sendo inventadas (em bases mais ou menos sólidas, de acordo com cada caso).

Nesses casos, buscou-se identificar a dinastia com a nação, processos que ficaram conhecidos como os “nacionalismos oficiais” – tentativas de fusão voluntária de nação e princípio dinástico (SETON-WATSON, 1997, p.148). No Reino Unido, e em outros países europeus, essa fusão seria bem sucedida. Mas, em outros casos, como o da Rússia e do Império Austro-Húngaro, essa construção fracassaria. No Brasil, a tarefa era dificultada pelo caráter periférico e pelo arcaísmo das relações sociais no País, em que a escravidão era a estrutura basilar do edifício social e da economia agro-exportadora. Aliás, a opção pela monarquia explica-se em grande parte pela impossibilidade de compatibilizar a manutenção da escravidão com a construção da “comunidade imaginada” do nacionalismo. De todo modo, também no Brasil, na medida em que o século XIX avançava, houve uma tentativa de aproximar a legitimidade da Coroa ao sentimento nacional.

A legitimidade da monarquia brasileira experimentou variações importantes em intensidade, forma e conteúdo ao longo dos seus 67 anos de existência. Vale também lembrar que, justamente, o século XIX marcou, mundo afora, a decadência irreversível da legitimidade dinástica como princípio de coesão social e lealdade política. Ao abalo das guerras napoleônicas seguiu-se a tentativa de restabelecimento do princípio dinástico na Europa, esforço simbolizado pela Santa Aliança. Mas, após 1848, o princípio das nacionalidades passou irreversivelmente a dominar a cena política europeia. No Brasil, a opção por D. Pedro foi uma escolha conservadora, na linha da menor possibilidade de ruptura, cujo sentido deve ser compreendido à luz da força que o princípio dinástico-religioso ainda preservava, mas que logo seria posto em xeque. Porém, na verdade, a opção de 1822 de lastrear a legitimidade do Estado na Coroa brasileira e não nas ideias de nação e cidadania estava na contramão de um movimento histórico de maior alcance. O Império, inclusive, terá seu apogeu já após a inflexão definitiva da legitimidade dinástica como conceito político.

Apoiar, desde o início, o novo Estado brasileiro nas ideias de nação e cidadania teria sido uma opção extremamente arriscada para as diversas elites regionais em vista da base escravista da economia, da imensa extensão do território, das enormes desigualdades regionais e dos escassos laços entre as diversas regiões – a imagem de um “arquipélago” retratava bem a realidade. Nessas condições, a cidadania estava disponível para poucos e grande parte da população teria grandes dificuldades para “se imaginar” cidadão ou, mesmo, brasileiro. Assim, prevaleceu uma opção conservadora: a manutenção do imaginário e das lealdades do Antigo Regime, apenas transferidos para um monarca “brasileiro”.

O modo e as estratégias de legitimação do Estado a partir de 1822 variaram significativamente ao longo das quase sete décadas do império. Durante o Primeiro Reinado, a prioridade foi garantir a transferência do complexo emaranhado de lealdades políticas prevalecentes na ex-colônia da Coroa portuguesa para a nova monarquia brasileira, com o menor dano possível. Nessa operação equacionou-se o princípio dinástico à ideia de civilização, que foi contraposta à anarquia que prevaleceria nos países vizinhos. A despeito do sucesso inicial na tarefa de reunir em torno do Rio de Janeiro a lealdade das diversas províncias da ex-colônia americana, a crise de sucessão do trono português, iniciada em 1828, agudizou as

contradições do projeto de identidade política, representado pela escolha da continuidade da monarquia na figura de Pedro I. Em um momento em que ainda não se poderia contar com a prosperidade que o café traria ao Império, o voluntarismo de D. Pedro I revelou-se incômodo e acabou por levá-lo à abdicação, em 7 de abril de 1831, abrindo espaço para a experiência das Regências. “Tal qual um instrumento, colocado no trono pela mão das elites, era também por elas destituído” (SCHWARCZ, 1998, p. 50). Para amparar a experiência das Regências, foi montada uma operação ideológica que, se por um lado, tentava preservar a imagem e a simbologia do imperador menino, em nome do qual os regentes governavam, por outro, passou a desqualificar a figura de Pedro I.

No período das Regências, pôde-se experimentar com formas quase republicanas. No entanto, a instrumentalidade da monarquia como princípio político contra a perigosa descentralização do período regencial logo ficou patente com a opção de proclamar a maioria do ainda adolescente D. Pedro II. A tendência descentralizadora do início das Regências não foi suficiente para eliminar o poder da monarquia como elemento de coesão social. Com a reação conservadora (1836-40), a monarquia pôde voltar a cumprir seu papel de representação da vontade coletiva e projeção da identidade brasileira. Duas instâncias se fundiriam na reabilitação plena do princípio dinástico representada pelo golpe da maioria: de um lado a utilidade da Coroa como elemento de arbitramento dos conflitos (já não tão agudos) intraelite, tão bem demonstrado pelo instituto do Poder Moderador, privativo do imperador e, portanto, reativado; de outro, o ainda poderoso papel da monarquia como fonte de lealdade política da população, atraída pela mística da realeza, que nos equiparava à Europa e à civilização.

O período que vai da sagração de D. Pedro II (1841) ao início da Guerra do Paraguai (1864) representa o momento de consolidação da monarquia e seu apogeu como princípio de legitimação do Estado brasileiro. Em uma primeira fase, a ênfase ficou na dimensão simbólica do jovem soberano que “reina mas não governa”, dedicado às artes e às letras: a identidade entre a monarquia e a civilização era um elemento a ser reforçada e destacado. Ainda adolescente, D. Pedro II limitava-se a seu papel simbólico, investindo em sua educação, voltada para as ciências e as letras. A partir de 1840, D. Pedro passaria a frequentar assiduamente as reuniões do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro, então a instituição mais representativa da cultura e da ciência brasileira.

Com a crescente prosperidade trazida pelo café, o Império estabilizou-se, e, na medida em que os conflitos inraelite eram amortecidos pela abundância de recursos, o Estado também se fortaleceu. Favorecido, inclusive, por sua crescente maturidade, o Imperador pôde, sem perda de sua dimensão simbólica, passar a atuar cada vez mais também na operação da política do Estado brasileiro. A prosperidade e a pacificação interna finalmente aproximavam os fatos à imagem que o Império tentava fazer de si: uma ilha de estabilidade e civilização em meio às turbulentas repúblicas vizinhas. No resto do mundo, no entanto, a lealdade à Coroa estava rapidamente passando a um segundo plano, superada pela ubiquidade dos nacionalismos. Essa contradição seria resolvida pela crise do princípio monárquico também no Brasil. No entanto, como os soberanos europeus, a monarquia brasileira também buscou fórmulas que permitissem sua sobrevivência. No caso brasileiro, o marco para essa reação diante desse novo contexto foi dado pela Guerra da Tríplice Aliança. O esforço de guerra deixou patente os limites de um Estado que não podia recorrer à nação — nem mesmo para a defesa de seu território.

O conflito mostrou, sem disfarces, a escassa capacidade mobilizadora do Estado imperial. Mesmo enfrentando (com o auxílio da Argentina e do Uruguai) um oponente com uma população e recursos muitas vezes menores, a guerra contra o Paraguai exigiu cinco longos anos de conflito e impôs ao Tesouro um enorme déficit, que se arrastou até o fim do Império. Ao longo do conflito, o Império empregou cerca de 110 mil soldados e marinheiros, o que representava apenas cerca de 1,5% da população, estimada em 9 milhões de habitantes (BEATTIE, 2001, p. 38). Mas o esforço para recrutar e mobilizar mesmo essa reduzida fração da população mostrou-se um desafio quase intransponível. A Guerra da Tríplice Aliança constituiu-se no apogeu do Império e o início da rápida decadência da legitimidade do monarca como condutor dos destinos de uma nação, que, na verdade, lhe era estranha. A partir daí, a balança entre o princípio dinástico e o nacional passou a pender cada vez mais para este último. A participação forçada de setores antes claramente excluídos da cidadania (escravos, negros, mestiços e brancos pobres), em nome da defesa de uma nação que lhes era estranha, obviamente não resultou em seu aces-

so aos direitos da cidadania, mas foi seguramente um fator determinante na desmoralização institucional do império, pois deixou a descoberto a impossibilidade de manejar um discurso nacionalista em uma monarquia escravista e aristocrática.

Com o fim da guerra contra o Paraguai, o Império ainda faz uma tentativa no sentido de reinventar sua dimensão simbólica, com a transformação de D. Pedro em “monarca-cidadão”. O cerimonial foi simplificado, o imperador afastou-se dos eventos da elite carioca, a própria representação do soberano foi modificada e este passou cada vez mais a apresentar-se aos olhos da população despido dos símbolos tradicionais de poder da monarquia: um imperador sem cetro, coroa e sua indumentária de monarca. Essa transição do soberano pela graça divina para um soberano alicerçado na cidadania estava sendo testada por toda a Europa, com diferentes graus de sucesso. No Brasil o quadro era especialmente complexo pela situação periférica do país, situado na América republicana, e agravada pela questão da escravidão que se associava ao próprio Império. O imperador era cada vez mais visto apenas como um mais um cidadão voluntarioso e as contradições da monarquia brasileira eram mais e mais visíveis: o princípio da soberania popular como forma de legitimação crescia, convivendo com o Direito Divino na monarquia, a Constituição outorgada era monarquista, mas vivia-se um regime cada vez mais parlamentarista.

Na tentativa de equacionar essas contradições, usando-se a feliz expressão de Gilberto Freire, D. Pedro trocou a “coroa pela cartola”, procurando apresentar interna e externamente uma imagem que não se coadunava com a realidade do país. Iniciou uma série de viagens pelo exterior e fez o Brasil se representar nas grandes exposições internacionais que simbolizavam a modernidade e a civilização do fim do século. A tentativa de veicular uma imagem de modernidade e cosmopolitismo tornou o Brasil presença assídua nas exposições internacionais em que eram apresentados os avanços tecnológicos daquela última metade de século: Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1876) e, outra vez Paris (1889). Os estandes brasileiros, no entanto, mais confirmavam do que negavam a condição de país distante, exótico, atrasado e escravocrata com a exposição dos poucos produtos de exportação e ênfase nas exuberância da natureza tropical.

O fato é que a monarquia brasileira não foi bem-sucedida em seu intento de se adaptar ao novo mundo das nacionalidades. Em 1889, a Coroa brasileira não servia mais como fonte de legitimação do Estado brasileiro e não contou com defensores para sua permanência como um adorno da nação, como foi o caso das monarquias europeias que conseguiram sobreviver à primavera dos povos.

Rio Branco, um monarquista convicto, simboliza bem essa característica única do nacionalismo brasileiro na experiência americana: uma longa fase em que o Estado legitimou-se em bases dinásticas (dentro do contexto de uma sociedade ainda regida por um imaginário pré-nacional). Naturalmente, o apelo à legitimidade puramente dinástico-religiosa foi-se diluindo ao longo das quase sete décadas do Império e não há dúvida que, no caso de Pedro II, houve uma tentativa de transformar as bases de sua legitimidade e aproximar a Coroa da ideia de nação.

Paranhos, filho de um dos maiores políticos do Império, teve sua atuação e seu discurso político marcado, por um lado, pela ideia de estar “servindo o Brasil” e, por outro, enquanto durou a monarquia e, inclusive, logo após o golpe republicano, por sua lealdade ao velho imperador. A ideia de servir a nação (e o Estado), proclamada a república, rapidamente prevaleceria, como se pode ver em carta de Rio Branco dirigida a Rui Barbosa, uma das figuras-chave do novo regime. A carta é datada de 26 de dezembro de 1889, ou seja, um mês e meio depois do golpe:

A questão hoje não é mais entre Monarquia e República, mas entre República e Anarquia. Que o novo regime consiga manter a ordem, assegurar como o anterior, a integridade, a prosperidade e a glória do nosso grande e caro Brasil, e ao mesmo tempo consolidar as liberdades que nos legaram nossos pais – e que não se encontram em muitas das intituladas repúblicas hispano-americanas – é o que sinceramente desejo (RIO BRANCO, 1889 apud VIANA FILHO, 1981, p. 240).

Paranhos acabaria por tornar-se um dos grandes nomes dos anos iniciais da República e sua atuação diplomática constituiu-se em elemento importante na superação da forte crise de legitimidade que o Estado brasileiro viveu na transição da monarquia para a república. O nacionalismo brasileiro não deixaria de ter as marcas de uma longa gestação em bases dinásticas, bem como Paranhos não deixaria de incorporar a expressão

“Rio Branco” a seu nome, como forma de burlar a proibição do uso de títulos nobiliárquicos.

3 EXTENSÃO E INTEGRIDADE DO TERRITÓRIO COMO MITO DE ORIGEM

A afirmação de uma autonomia política, independente do reino de Portugal, exigiu a criação de uma identidade que diferenciase a ex-colônia americana do resto do império português. O parâmetro inicial dessa nova identidade foi dado mediante a opção pela continuidade da monarquia, na *persona* de D. Pedro I. As lealdades políticas deveriam ser transferidas de D. João e de Lisboa para seu filho e para o Rio de Janeiro. Por um lado, no centro do império português vivia-se uma intensa discussão sobre as bases do contrato social do soberano, D. João, e seus súditos, com a criação de um centro alternativo de poder, representado pelas Cortes. Estas, no entender de D. Pedro, mantinham o rei prisioneiro e, portanto, justificavam a rebelião da ex-colônia.

De resto, eram imensas as dificuldades para a construção de um senso de identidade própria da ex-colônia. As diversas regiões tinham poucos laços entre si e, em muitos casos, as comunicações eram mais fáceis e mais frequentes com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Em cada província, as enormes diferenças sociais e a prevalência da escravidão dificultavam a criação de um senso de comunidade que permeasse todos os estratos sociais. Ainda assim, as reivindicações das Cortes na metrópole, já na direção de um nacionalismo português em bases modernas, não deixaram de ser atrativas para muitos na colônia e diversas províncias declararam seu apoio e enviaram representantes àquela Assembleia. Esses delegados chegaram às Cortes como representantes de cada uma de suas províncias e não levaram um projeto coletivo ou uma identidade “brasileira”. O que acabaria por unir os representantes das províncias da colônia americana seria a percepção que as Cortes acabariam por reverter as concessões feitas durante os anos (1808-21) em que o rei viveu em território americano e o Rio de Janeiro foi o centro do império português.

Construir uma identidade para a nova monarquia não era tarefa fácil. Transferir as lealdades para o novo soberano não era algo trivial, pois a própria legitimidade dos Orleans e Bragança estava em questão, no centro

européu da monarquia e também nas colônias. Criar as bases para uma identidade que abarcasse todo o imenso território da colônia americana se apresentava como um desafio extremamente complicado. Como criar laços sentimentais e lealdades para unir pessoas dispersas em um território de dimensões continentais, onde os vínculos econômicos e sociais eram tão débeis e as condições regionais tão diversas? A imagem de um “arquipélago” de regiões fracamente vinculadas entre si e, todas, voltadas para o exterior retrata bem a situação da colônia.

A solução passou pelo esforço de equacionar a preservação da monarquia com a manutenção da integridade do território da antiga colônia portuguesa na América. A continuidade da monarquia garantia uma transição conservadora, em que a escravidão – base do sistema econômico e principal fonte de poder (junto com a posse de terras) das diversas elites regionais – teria maiores chances de ser mantida. A integridade territorial, desde o início, passou a ser identificada com a monarquia, uma operação que “naturalizava” o novo corpo político.

Vale notar que o processo de invenção da identidade do novo país sofria severas restrições. Era difícil apelar para uma etnia comum, em um país marcado pela miscigenação, com grande parte de sua população transplantada (em muitos casos, à força) de outros continentes. As elites do novo país, inclusive, orgulhavam-se de suas afinidades étnicas com a metrópole (fator de diferenciação em relação ao resto da população que elas se esforçavam em preservar). A consagração de uma história comum também era dificultada pela própria situação colonial, em que os elementos português e africano eram relativamente recentes no território do novo país e as histórias da metrópole e colônia confundiam-se. A preservação da dinastia, inclusive, agravou esse problema, ao tornar problemático o discurso da exploração colonial, que, afinal de contas, teria sido perpetrada pela mesma Casa Real. Do mesmo modo, à diferença de muitos nacionalismos europeus, a língua tampouco era elemento de diferenciação, pois o português unia, e não separava, Portugal de sua ex-colônia e nunca se deu o passo de oficializar ou incentivar a diversidade linguística então prevalente. Do mesmo modo, o catolicismo desempenhava papel semelhante na metrópole e na colônia e não serviria para diferenciar uma da outra.

A opção pela monarquia e pela preservação do imaginário do Antigo Regime fechou as portas para o esforço, em curso nos demais países

americanos, de criar “comunidades imaginadas” com base nas ideias de cidadania, de participação popular e de inclusão. Esse caminho, em uma sociedade escravista tinha limites muito claros. Há uma óbvia incompatibilidade entre a manutenção da escravidão e a criação de um sentimento nacional. Não por acaso, nos dois centros coloniais mais dependentes da mão de obra escrava nas Américas, Brasil e Cuba, evitou-se perturbar esse equilíbrio com o apelo à uma ideia de nação que unisse seus habitantes. No Brasil, pela continuação da monarquia e, em Cuba, pela manutenção da própria situação colonial. A terceira grande zona de produção escravista do hemisfério, o sul dos Estados Unidos, acabou servido de palco para o mais sangrento conflito da história do continente, justamente como forma de superar essa contradição.

Constrangida por grandes limitações, a construção de uma identidade política e socialmente operacional para o Brasil tinha poucas opções. A resposta foi encontrada na referência à geografia: “em termos de legitimidade, o passado é tanto melhor quanto mais remoto. A perfeição consiste em ancorar a nação na própria natureza, fazendo-a anterior aos homens e à história” (MAGNOLI, 1997, p. 17). A pedra fundamental na arquitetura dessa identidade mais “natural” do que histórica e social foi a instrumentalização do mito geográfico da ilha-Brasil, uma unidade geográfica supostamente preexistente, definida e imutável.

Essa ideia era um produto da visão portuguesa sobre o Brasil, expressa em um esforço cartográfico, que difundia a noção da colônia como uma entidade territorial segregada do resto da América por dois grandes rios, cujas fontes se confundiam em um lago unificador. A expansão portuguesa no território colonial deslocava consigo as fronteiras imaginadas para o mito, como uma forma de justificação do próprio avanço lusitano. No início, os limites seriam dados pelas águas do rio São Francisco e do Tocantins, depois pelo curso dos rios Amazonas e Madeira, ao norte, e pelo rio Paraguai e da bacia do Prata, ao sul.

A repetição, através de relatos e cartas, da imagem insulada do território, conferiu-lhe aceitação mais ampla e a introduziu na cartografia europeia da época. O relato tornou-se, para todos os efeitos, descrição verdadeira da terra do Brasil: nas palavras de Cortesão, não subsistia dúvida sobre a existência, na América do Sul, de “um todo geográfico geometricamente definido e quase insulado” (MAGNOLI, 1997, p. 46).

Vale notar que a construção do mito da ilha-Brasil foi uma empresa da colonização portuguesa e não tinha como fim a criação de sentimentos nativistas e muito menos nacionalistas. Destinava-se, na verdade, a servir de substrato ideológico à expansão da colonização portuguesa, desprezando a linha artificial criada pelo Tratado de Tordesilhas em nome de uma realidade geográfica anterior à colonização, herança que cabia ao colonizador receber: o “destino manifesto” brasileiro era ter o que sempre teria sido seu. A monarquia foi associada à integridade territorial, em uma operação ideológica que a fazia parecer “responsável pela manutenção da ‘grandeza’ do território brasileiro, dádiva ‘natural’ da Divina Providência” (PRADO, 2001, p. 137).

Até um passado muito recente, em termos históricos, as unidades políticas em que a humanidade se dividia – desde os grandes impérios e reinos até as cidades-Estado, tribos, feudos, etc. – não se caracterizaram por limites territoriais perfeitamente delimitados. Os impérios unidos pela lealdade ao princípio dinástico e pela comunhão de uma mesma fé religiosa podiam comandar populações de origens étnicas e culturais muito diversas em grandes extensões de terras muitas vezes descontínuas. Nessas entidades, a lealdade política se fazia em torno da figura do soberano e não se pretendia criar uma “comunidade imaginada” que implicasse a necessidade da construção/invenção de uma mitologia nacional comum e da ideia de um território perfeitamente delimitado. O império português formado a partir do século XV, por exemplo, estendia-se pela Europa, América, África e Ásia em territórios mal delineados, com imensas extensões completamente desconhecidas e abrigando populações extremamente heterogêneas, algumas totalmente alheias à lógica do centro do império, como nas vastas regiões habitadas por tribos indígenas. No caso do Estado-nação, os contornos do território passam a ser uma questão primordial. O Estado só é soberano sobre seu próprio território e esse deve estar perfeitamente delimitado para afastar as pretensões de outros Estados sobre aquele território. A nação passou, nesse novo referencial ideológico, a ser a fiadora do território. Certamente, a identificação do Barão do Rio Branco com o processo de definição do território brasileiro é uma das chaves para a compreensão da força de sua identidade com a nação, de seu lugar como um dos “pais fundadores” da nacionalidade brasileira.

O desenvolvimento do sentimento nacional no Brasil, em bases modernas, só se faria completo com a superação das relações sociais e do imaginário do Antigo Regime, que, ao contrário dos demais países americanos, não padeceram de um golpe súbito no momento da independência política. O longo período de legitimação do Estado em bases dinástico-religiosas, ainda que estas estivessem progressivamente sendo minadas, fez da Proclamação da República outro marco importante para o desenvolvimento do sentimento nacional no Brasil. O 15 de Novembro marcou o fracasso da tentativa de fazer a dinastia representar a nação e deixou clara e inadiável a necessidade de construir uma identidade brasileira em bases modernas. Nesse contexto, a ação vitoriosa de Rio Branco na definição das fronteiras foi um elemento de fundamental importância para a afirmação do discurso e da legitimidade do Estado em bases plenamente nacionalistas. Apontado por Rui Barbosa como o *Deus Terminus* das fronteiras, Rio Branco qualificou-se, nesse contexto muito peculiar de um nacionalismo tardio, como um dos pais fundadores da nacionalidade, quase um século depois da independência política, exatamente porque a própria nacionalidade foi, no caso brasileiro, uma conquista tardia.

4 UM NACIONALISMO TARDIO

Em seu conhecido livro *Nação e Consciência Nacional* (no original: *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*), Benedict Anderson (1989) defendeu a tese de que a Revolução Francesa e as independências das colônias inglesas, espanholas e portuguesas criaram, nas Américas, um modelo de nação que foi copiado e adaptado pelos demais movimentos nacionais (mesmo os europeus) a partir do século XIX. A tese de Anderson sobre a precedência histórica das nações americanas como modelos para os Estados-nação que se seguiriam não é – como se sabe – consensual. Hastings (2001) e Greenfeld (1992), por exemplo, apontam a Inglaterra como o “primeiro” Estado-nação, já no século XVII, seguido pela Holanda, Espanha, França, Dinamarca, Suécia e Portugal. A importância e antiguidade de um núcleo étnico primitivo também é o tema de muitos debates e Smith (2004, p. 79) relembra que, “por um lado, as nações não são sempre imemoriais nem recorrentes e, por outro, tampouco são todas recentes e novas, nem meros produtos da modernização”.

Passando ao largo desse debate, há um considerável consenso que, no caso específico das nações americanas, o nacionalismo é um fenômeno moderno, cujas origens situam-se no século XVIII, nos Estados Unidos, e na virada do século XIX, nos países hispano-americanos. Ao buscar sua autonomia das metrópoles europeias, as lideranças dos movimentos independentistas americanos acabariam por definir seu projeto político em bases já nacionais. O exemplo brasileiro constitui-se em uma exceção a esse padrão: após uma longa gestação em bases dinásticas, a identidade brasileira só assumiria bases propriamente nacionais no período republicano. O caráter tardio do nacionalismo brasileiro e seu percurso peculiar, inclusive, trazem elementos importantes para a compreensão de sua robustez e sua ampla disseminação em um território de proporções continentais e uma população extremamente diversa, com imensas disparidades regionais, sociais e de condições de vida.

O longo período dinástico permitiu a convivência de muitas proto-nacionalidades (pernambucana, mineira, paulista, gaúcha, etc.) em uma mesma unidade política. Essa convivência certamente foi problemática, como comprovam as diversas revoltas regionais antes e, principalmente, depois da independência de Lisboa. Em todo caso, a despeito das marcantes diferenças, essa convivência acabou por se provar possível, pois após a separação de Portugal, a identidade do território e da população continuou a se dar na forma dos laços verticais que unem os súditos das diversas províncias (não importa o quanto cultural ou socialmente diferentes sejam entre si) com o soberano, nos moldes do Antigo Regime.

No entanto, como no resto do continente americano, os sentimentos de identidade “horizontais” tomavam corpo, movidos por uma transformação das formas de conceber e legitimar o poder. No desenvolvimento desse novo imaginário, como apontou Anderson, a difusão da imprensa e a circulação de notícias foi um fator-chave na criação de uma ideia de simultaneidade que unisse os membros das “comunidades imaginadas” que se estavam inventando.

Os crioulos mexicanos podiam saber, meses mais tarde, de acontecimentos ocorridos em Buenos Aires, mas isso se daria por intermédio dos jornais mexicanos, não dos do Rio da Prata; e tais acontecimentos antes pareceriam “ser semelhantes aos” acontecimentos ocorridos no México, do que “fazer parte deles” (ANDERSON, 1989, p. 74).

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa, que apenas engatinhavam no início do século XIX, teria uma relação direta com o tamanho possível das nações que então surgiam. Ao contrário dos impérios unidos pelo princípio dinástico, os nacionalismos precisavam criar um sentimento de comunidade. Anderson atribui o fracasso do esforço de gerar um nacionalismo de âmbito hispano-americano ao nível geral de desenvolvimento do capitalismo e da tecnologia na virada para o século XIX. Em conclusão que extrapola o caso hispano-americano, ele resume: “A época da história mundial em que nasce cada nacionalismo tem, provavelmente, um impacto significativo sobre seu alcance” (ANDERSON, 1989, p. 74).

No caso estadunidense, o núcleo inicial das Treze Colônias, ademais de consideravelmente mais integrado, compreendia uma área menor do que a Venezuela. A expansão territorial dos Estados Unidos se daria *pari passu* com a do poder irradiador da comunidade imaginada criada a partir das Treze Colônias.

Contudo, mesmo no caso dos EUA, há elementos de “fracasso” ou retração comparáveis [com a experiência hispano-americana] – a não incorporação do Canadá de fala inglesa, a década de soberania independente do Texas (1835-1846). Se, no século XVIII, tivesse existido uma comunidade de fala inglesa de bom tamanho na Califórnia, não seria provável que tivesse surgido ali um Estado independente, para atuar como uma Argentina em relação ao Peru das Treze Colônias? Até mesmo nos EUA, os laços afetivos de nacionalismo foram suficientemente elásticos, associados à rápida expansão da fronteira oeste e às contradições geradas entre as economias do norte e do sul, a ponto de precipitar uma guerra de secessão *quase um século depois da Declaração de Independência*; e, hoje, essa guerra nos faz lembrar vivamente as que separaram violentamente a Venezuela e o Equador da Grã-Colômbia, e o Uruguai e o Paraguai, das Províncias Unidas do Rio da Prata (ANDERSON, 1989, p. 75. grifo do autor).

A correlação proposta por Anderson entre o nível tecnológico do momento de sua constituição e o alcance, inclusive territorial, dos nacionalismos está bem ilustrada nos três (principais) casos americanos: o contraste entre a fragmentação hispano-americana e a unidade estadunidense, tendo como contraponto o caso brasileiro em que a opção pela monarquia adiou a necessidade de criar um sentido de comunidade – ou, pelo menos, colocou-a em outras bases. A permanência da escravidão e

o relativo sucesso da monarquia na manutenção das relações sociais e os equilíbrios regionais (inclusive por meio de uma ampla autonomia dada às elites de cada região em seus assuntos locais) permitiu a superação das tendências separatistas, ainda que a custa de intervenções militares, quando foi o caso.

No entanto, não há dúvida de que, ainda que tenha falhado na sua tentativa (no correr do Segundo Reinado) de se transformar em uma dinastia “nacional”, a monarquia brasileira conseguiu substituir os laços diretos das províncias com a antiga metrópole pela referência ao Rio de Janeiro. Ela foi responsável pela propagação de um sentimento de patriotismo que superou a lealdade às “pequenas pátrias” locais e regionais em prol da ideia de uma pátria que abrangesse a totalidade do território da antiga colônia. A noção de pátria distingue-se do conceito de nação, pois “a pátria pode ser um vale, uma região, uma instituição ou um país”. Centeno acrescenta que “o patriotismo não implica necessariamente na obediência a uma vontade coletiva ou sua representação institucional. *O patriotismo é a fé; o nacionalismo é a Igreja*” (CENTENO, 2002, p.170, grifo do autor). Assim, o desenvolvimento de um sentimento nacional brasileiro, como apego à comunidade imaginada definida por Anderson, seria um projeto desenvolvido apenas a partir da decadência do Império. Este, no entanto, foi o responsável pela criação do sentimento do Brasil como a pátria comum de seus habitantes, uma noção ausente antes da independência.

Em texto já consagrado, José Murilo de Carvalho (1990, p. 32) admitiu que, nos anos iniciais da República, ainda não existia no Brasil um sentimento de nacionalidade. O que havia era “alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo unidade política”. O ensaio de nacionalismo criado pela Guerra da Tríplice Aliança “fora muito limitado pelas complicações impostas pela presença da escravidão”. De fato, a trajetória percorrida para a consolidação de um sentimento nacionalista – como principal vínculo emotivo entre os brasileiros e base de sustentação política do Estado – estava ainda em sua fase inicial. Havia, já desde várias décadas, uma unidade política autônoma, reconhecida internacionalmente, chamada Brasil, mas seus habitantes eram oficialmente súditos do imperador. Havia, certamente, um sentimento de patriotismo que, nas quase sete décadas do Império, foi progressivamente estendido das “pequenas pátrias” para uma

ideia de pátria que englobasse todo o vasto território do Império. Mas, era impossível imaginar esse Estado territorial como uma nação, conforme ficou cruamente demonstrado na incapacidade de mobilizar a população para defender essa “nação” excludente, hierárquica e elitizada, mesmo diante da invasão do território por um inimigo externo.

De imediato, a proclamação da República traduziu-se em uma crise de legitimidade do Estado, que conduziu à proliferação de movimentos messiânicos e revoltas urbanas assim como à ressurgência das tensões regionais e ameaças separatistas. Embora corroída, a legitimidade concedida ao Estado brasileiro pela monarquia estava sendo abandonada sem que ainda estivesse consolidada uma legitimidade em torno da ideia de uma nação que unisse todos os brasileiros, a despeito das óbvias diferenças sociais e regionais. Em meio a essa crise de legitimidade do Estado, a definição do caráter do nacionalismo brasileiro, que passaria à condição de principal sustentáculo ideológico desse Estado, foi uma das tarefas mais urgentes e importantes que as primeiras gerações de intelectuais da República se defrontaram. Como ressaltou Carvalho (1990, p. 32) a “busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930)”. Rio Branco foi um dos artífices dessa transição, ao equacionar a questão das fronteiras, dando nova força ao principal mito de origem do nacionalismo brasileiro. Ademais, em meio a todas as crises e incertezas desse período de transição, as vitórias do Barão nas negociações de limites uniam todos os brasileiros, os quais podiam contrastar-se favoravelmente com os estrangeiros a quem Paranhos seguidamente “derrotava” nas negociações diplomáticas.

O caráter tardio do nacionalismo brasileiro acabará por ser uma vantagem em termos da consolidação do sentimento nacional. Superado o Estado dinástico, o nacionalismo brasileiro foi consolidado nas quatro primeiras décadas do século XX. Então, já começavam a surgir meios de comunicação mais potentes, como o rádio (o programa “A Hora do Brasil” começa a ser transmitido em 1935), e a própria burocracia estatal passava a contar com instrumentos desconhecidos para os frágeis Estados do início do século XIX: o alistamento militar obrigatório, a difusão do ensino público, a proliferação de eventos cívicos e datas nacionais, a criação de estruturas burocráticas específicas (como o notório Departamento de

Imprensa e Propaganda, em 1939), etc. Ao contrário dos países vizinhos (que já no início do século XIX viram-se subitamente na contingência de se imaginar como nações), no Brasil, a consolidação do nacionalismo foi empreendida em fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Um nacionalismo tardio, mas que pôde contar com os instrumentos necessários para se consolidar em um território continental, marcado por imensas diferenças sociais e regionais.

5 CONCLUSÕES

A estranheza que pode causar a escolha do Barão do Rio Branco para representar a nacionalidade brasileira, ao lado de Bolívar e San Martín, no vitral da Catedral de Washington abre o caminho para uma reflexão sobre o percurso peculiar do nacionalismo no Brasil. Durante quase sete décadas, a monarquia pôde manter unido um conjunto heterogêneo de províncias, espalhadas em um território de dimensões continentais. Não teve sucesso na tarefa de transformar essas “pequenas pátrias” em uma nação, pois a “nação” dos homens brancos e proprietários (inclusive de outros seres humanos) não era partilhada pela massa da população: escravos, mestiços, negros livres e brancos pobres. Ainda assim, o legado do Império em termos da construção da identidade brasileira não é pequeno. As diversas “pequenas pátrias”, voltadas para o exterior e com poucas afinidades entre si, passaram a ter como referência o Rio de Janeiro e a monarquia. Ao fim dessas décadas consolidou-se a ideia de uma pátria única, acima das realidades locais.

A consolidação do sentimento nacional, nas bases em que o reconhecemos hoje, foi tarefa da República e a definição da política externa republicana influenciou na construção da identidade do País, o que se traduziu na fixação do Barão como um dos “pais fundadores” do nacionalismo brasileiro, quase um século após a independência. A atuação de Juca Paranhos e a recuperação do mito fundador das fronteiras naturais pré-definidas, preservadas pela colonização portuguesa, fecharam as pontas de um discurso ideológico fundamental na consolidação do nacionalismo brasileiro. Dessa maneira, o Barão passou a simbolizar uma grandeza territorial com que todos podiam concordar, acima de classes ou partidos.

O processo de construção do nacionalismo brasileiro foi, sem dúvida, peculiar se contrastado com o de seus vizinhos e o dos Estados Unidos. Esses tiveram de romper de um só golpe com as mentalidades e instituições do Antigo Regime, que caracterizavam sua situação colonial, e se reinventar como nações em fins do século XVIII e início do XIX. A trajetória do Brasil foi diferente: por longos anos, apesar de já independente, conservou-se como uma sociedade em que os traços principais do Antigo Regime permaneciam vivos. Apenas com a crise do Império e a Proclamação da República o Estado brasileiro deu o salto para se legitimar em bases realmente nacionais, modernas. Rio Branco foi, assim, contemporâneo do momento em que a identidade do Brasil e dos brasileiros passou a adquirir contornos verdadeiramente nacionalistas: um nacionalismo tardio, se comparado com o de seus vizinhos americanos. Nesse sentido, a caracterização de Juca Paranhos como um dos fundadores da nacionalidade brasileira, ainda que aparentemente deslocado em quase um século, é uma expressão eloquente da historicidade singular do processo de construção da nacionalidade no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- BEATTIE, P. M. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil, 1864-1945*. Durham & London: Duke University Press, 2001.
- CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CENTENO, M. A. *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.
- GREENFELD, L. *Nationalism: five roads to modernity*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1992.
- HASTINGS, A. *The Construction of Nationhood: ethnicity, religion and nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginário geográfico e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP, 1997.
- PRADO, M. L. C. *A distante América do Sul*. *Revista de História*, n. 145, p. 127-49. 2001.
- SANTOS, L.C.V.G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o Inter-americanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. *O Dia em que Adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

- ____. La independencia del Brasil en el contexto latinoamericano: el “otro” que vive al lado. IV Congreso Sudamericano de Historia (2009). Quito: No prelo.
- SCHWARCZ, L. M. As Barbas do Imperador: d. Pedro II, um monarca dos Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SETON-WATSON, H. Nations and States: an enquiry into the origins of nations and the politics of nationalism. Boulder: Westview Press, 1977.
- SMITH A. D. Nacionalismo. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- VIANA FILHO, L. A Vida de Rui Barbosa. Porto: Leitão & Irmão, 1981.
- WASHINGTON NATIONAL CATHEDRAL. Jewels of Light: the stained glass of Washington National Cathedral. Washington: WNC, 2004.

NOTAS

¹ A despeito de não conter referências ao México ou a países centro-americanos ou do Caribe e do fato de apenas bandeiras dos países sul-americanos estarem presentes no vitral. A confusão entre as ideias de América do Sul e América Latina era bastante comum, uma vez que este segundo conceito só vai ficar firmemente estabelecido depois da fundação da CEPAL, justamente em fins da década de 1940.

² Naturalmente, o termo “pan-americano” está aplicado incorretamente pois essa palavra só foi adotada a partir de 1882 e, assim, o primeiro encontro efetivamente “pan-americano” foi a Conferência de Washington, de 1889-1890, ainda que tenham sido realizados vários congressos e encontros “americanos” no curso século XIX (cf. SANTOS, 2004).

³ Em outro texto (SANTOS, 2009) já indiquei o caráter contraditório dos nacionalismos hispano-americanos, em que a ideia de identidade comum e integração regional surge de forma concomitante com a progressiva desagregação da unidade territorial da ex-colônia espanhola e da afirmação das diversas nacionalidades particulares.

⁴ O papel da política externa na definição do caráter do nacionalismo brasileiro é um tema que explorei em livro recente (SANTOS, 2010). O papel de Rio Branco, especificamente, é objeto de livro ora em preparação.

⁵ Fora as fugazes experiências de Dessalines (Haiti) e de Iturbide e Maximiliano (México).

⁶ Anderson amplia sua explicação (1989, p. 94-5) e acrescenta que “Os Romanovs reinavam sobre tártaros e letões, alemães e armênios, russos e finlandeses. Os Habsburgos erguiam-se sobre magiares e croatas, eslovacos e italianos, ucranianos e austro-alemães. Os hanoverianos governavam bengalis e quebequenses, bem como escoceses e irlandeses, ingleses e galeses. Além disso, na Europa continental, muitas vezes membros das mesmas famílias dinásticas reinavam em Estados diferentes, às vezes adversários. Que nacionalidade se poderia atribuir aos Bourbons que governavam na França e na Espanha, aos Hohenzollerns, na Prússia e na România, aos Wittelsbachs, na Bavária e na Grécia?”